



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA GABAER Nº 504/GC4, DE 16 DE MAIO DE 2023.

Define condições para o pagamento do direito pecuniário de Ajuda de Custo ou Diária, nos casos de movimentação ou afastamento de militar, para fora de sede, sem desligamento de sua Organização Militar de origem.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV, do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, e considerando a necessidade de disciplinar, no âmbito do Comando da Aeronáutica, a aplicação Tabela de Ajuda de Custo, Anexo V, da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, o que consta das Seções I e III, do Capítulo IV, do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009, e o que consta do Processo 67420.014442/2022-87, resolve:

Art. 1º Nas movimentações ou afastamentos para o cumprimento de atividade ou tarefa de qualquer natureza, para fora de sede, sem desligamento da Organização Militar (OM) de origem, pelo período superior a 15 (quinze) dias até 3 (três) meses, o militar fará jus ao direito pecuniário de menor valor, calculado entre a totalidade de valores correspondentes à Ajuda de Custo e às Diárias.

§ 1º No cômputo das Diárias deverá ser considerado o acréscimo de deslocamento previsto no §1º do art. 20 do Decreto nº 4.307/2002, alterado pelo Decreto nº 6.907/2009.

§ 2º Nos afastamentos pelo período até 15 (quinze) dias o militar fará jus, exclusivamente, ao direito pecuniário de Diárias.

Art. 2º Nas movimentações ou afastamentos para o cumprimento de atividade ou tarefa de qualquer natureza, para fora de sede, sem desligamento da OM de origem, pelo período superior a 3 (três) meses e igual ou inferior a 12 (doze) meses, o militar fará jus somente ao direito pecuniário de Ajuda de Custo.

Art. 3º Para fins das situações previstas nas alíneas “b” e “c”, da Tabela de Ajuda de Custo, do Anexo V, da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, define-se por comissão a atribuição confiada a militar do Comando da Aeronáutica (COMAER), para a realização de atividade ou tarefa, de qualquer natureza, de interesse do COMAER para a qual o militar foi designado, sendo instituída na data do início efetivo do afastamento do militar da sede da OM de origem, por intermédio de Portaria (Modelos I e II, constantes dos Anexos A e B), e destituída na data de sua chegada à sede da OM de origem, por ocasião do término da realização da atividade ou tarefa, exclusivamente se satisfizer, concomitantemente, as seguintes condicionantes de:

I - ser uma movimentação temporária que implique instalação no destino pelo período total da atividade ou tarefa e que demande maior necessidade de equipamentos e utensílios individuais, uniformes ou outros aspectos julgados relevantes pelos Comandantes, Chefes, Diretores ou Secretários;

II - ser previamente planejada, aprovada pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, ou pelos Comandantes-Gerais, ou pelos Diretores-Gerais, ou pelo Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica ou pelo Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica, conforme subordinação da OM a que o militar pertencer na respectiva cadeia de comando;

III - demandar movimentação com mudança de sede sem desligamento da Organização Militar de origem;

IV - demandar locomoção e instalação, decorrentes da mudança de domicílio, gerada pela movimentação; e

V - demandar que o militar seja adido a outra OM (preferencialmente do COMAER) na localidade de destino, ou OM do Comando da Aeronáutica mais próxima dessa localidade.

§ 1º Cabe aos Comandantes, Chefes, Diretores, ou Secretários das OM, em razão das peculiaridades das missões, a proposição, via cadeia de comando, ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, aos Comandantes-Gerais, aos Diretores-Gerais, ao Secretário de Economia e Finanças ou ao Chefe do GABAER, das atividades ou tarefas a serem enquadradas como comissões e que, se aprovadas, serão formalizadas, pelos proponentes, por intermédio de Portaria.

§ 2º Quando a natureza da atividade ou tarefa assim o permitir, em consonância com o disposto nesta Portaria, a sua realização poderá ser planejada de modo a ser executada em duas ou mais fases ou módulos, que passarão a compor uma comissão, desde que, compulsoriamente, pelo menos uma das fases ou módulos seja superior a 15 (quinze) dias ininterruptos e que a duração total das fases ou módulos não ultrapasse 12 (doze) meses.

§ 3º Para a designação de comissões em fases ou módulos, torna-se compulsório que todas as fases e módulos tenham a mesma natureza e característica, constituindo etapas de uma mesma atividade ou tarefa atribuída ao militar.

Art. 4º Os Comandantes, Chefes, Diretores, ou Secretários, em virtude de competência regimental ou delegada, após a aprovação formal, para os casos de comissionamento, por parte do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, dos Comandantes-Gerais, dos Diretores-Gerais, do Secretário de Economia e Finanças ou do Chefe do GABAER, conforme subordinação da OM a que o militar pertencer na respectiva cadeia de comando, deverão emitir Portaria designando os militares para as comissões, segundo os Modelos I e II, constantes dos Anexos A e B, respectivamente.

Parágrafo único. As Portarias de designação deverão ser publicadas em Boletim Interno da respectiva OM e indexadas ao correspondente Processo Administrativo de Gestão.

Art. 5º As comissões realizadas por militar pertencente a um determinado Órgão Superior, mediante atendimento à solicitação de um outro Órgão Superior, que impliquem pagamento de Diária, serão custeadas com recursos alocados ao Órgão Superior solicitante.

Art. 6º Sempre que a atividade ou tarefa implicar o afastamento do militar pelo período superior a 15 (quinze) dias até 3 (três) meses, uma Planilha Comparativa de Cálculos, conforme Modelo III, do Anexo C, deverá ser providenciada e anexada à Ordem de Serviço/Missão ou à Portaria de designação, dentro do respectivo Processo Administrativo de Gestão.

Art. 7º Para o cálculo dos valores devidos, para efeito de ajuste de contas, inclusive de constatação da existência ou não de dependente, atinentes ao pagamento de Ajuda de Custo, tomar-se-á como base as datas a seguir discriminadas:

I - na ida: data do início efetivo do afastamento do militar da sede da OM de origem; e

II - na volta: data de sua chegada à sede da OM de origem, por ocasião do término da realização da atividade ou tarefa.

Art. 8º Quando, por fator de qualquer natureza, ocorrer alteração no período inicialmente previsto para a realização da atividade ou tarefa atribuída ao militar, ao término desta deverá ser feita a republicação em Boletim Interno e o posterior ajuste de contas, os quais deverão ser autuados e indexados ao respectivo Processo Administrativo de Gestão.

Art. 9º No caso de ser verificado o direito pecuniário de Ajuda de Custo, este deverá ser pago de acordo com os valores representativos previstos na Tabela de Ajuda de Custo, Anexo V, da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, sendo o valor representativo da ida pago adiantadamente e o valor da volta somente após o cumprimento da tarefa ou atividade.

§ 1º O militar, quando desligado de curso ou escola por falta de aproveitamento ou trancamento voluntário de matrícula, ou ainda, quando da interrupção voluntária de qualquer outro tipo de atividade ou tarefa, não terá direito à Ajuda de Custo referente ao regresso à OM de origem.

§ 2º Em qualquer circunstância, caso a interrupção da atividade ou tarefa resulte:

I - em um período total superior a 15 (quinze) dias até 3 (três) meses, deverá ser confeccionada uma nova Planilha Comparativa de Cálculos, procedendo-se ao disposto no art. 8º e, quando for o caso, à correspondente restituição de valores; e

II - em um período de até 15 (quinze) dias, deverá proceder-se de acordo com o disposto no art. 8º, pagando-se, exclusivamente, o direito pecuniário de Diárias.

Art. 10. Deverá ser observado pelos Ordenadores de Despesas, Agentes de Controle Interno, Gestores de Recursos Humanos e Gestores de Finanças, das Unidades Pagadoras, o estrito cumprimento das orientações específicas para o saque do direito remuneratório pertinente e o ajuste de contas, as quais serão emitidas pela Diretoria de Intendência, por intermédio da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal.

Art. 11. Os Modelos de Portaria de comissionamento e Planilha Comparativa de Cálculos anexos poderão ser adaptados, conforme as especificidades de cada Órgão Superior mencionado no inciso II do art. 3º desta Portaria, devendo-se manter, no mínimo, as informações constantes dos supramencionados Modelos.

Art. 12. Quando o direito pecuniário decorrente da atividade ou tarefa envolver o pagamento de Diárias, as despesas correrão por conta de crédito orçamentário específico de cada OM sede do militar, ressalvado o constante do art. 5º. Parágrafo único. Os Comandantes, Chefes, Diretores ou Secretários das OM, sempre que possível, deverão prestar o apoio de transporte, por intermédio de veículos oficiais, para os militares, nos deslocamentos até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho e hospedagem e vice-versa, de acordo com o previsto no § 1º do art. 20 do Decreto nº 4.307/2002, alterado pelo Decreto nº 6.907/2009, considerando a razoabilidade e a economicidade do ato.

Art. 13. Os militares que, até o dia 21 de julho de 2009 (data anterior à publicação, em Diário Oficial da União, do Decreto nº 6.907/2009), já tiverem efetivamente iniciado a atividade ou tarefa relacionada às comissões/missões regularmente designadas, ainda que fracionada em fases ou módulos, permanecem sob a égide do disciplinamento preconizado na Portaria nº 1.005/GC6, de 31 de agosto de 2005, do Aviso Interno nº 04/GC6/09, de 15 de maio de 2007 e do Aviso Interno nº 3/GC6/7, de 24 de abril de 2009.

Art. 14. Os casos não previstos serão submetidos à apreciação do Comandante da Aeronáutica.

Art. 15. Esta Portaria entrará em vigor em 1º de junho de 2023, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2020.

Art. 16. Revoga-se a Portaria nº 785/GC6, de 18 de agosto de 2009.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Comandante da Aeronáutica